

21/03/2018 - 05:00

Preço mais alto para ricos pode elevar investimentos

Por Fábio Pupo

A



Guang Chen: subsídio do preço baixo beneficia aqueles que já têm acesso à água água é subvalorizada principalmente em países não desenvolvidos e uma correta precificação poderia levantar recursos para expandir a rede e atrair investimentos ao gerar melhores avaliações sobre o retorno financeiro de projetos. Essa é uma das teses defendidas por instituições como Banco Mundial e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para expandir o acesso ao bem.

Guang Chen, diretor global de água do Banco Mundial, afirma que o baixo preço da água dá a falsa sensação de que os mais pobres podem acessar o recurso. "Mas é o oposto disso. Quem se beneficia dos subsídios implícitos do preço baixo são as pessoas que já têm acesso à água. Enquanto isso, os pobres precisam recorrer a métodos como caminhões-pipa, que são mais caros", disse.

Para Chen, uma maneira inteligente de arcar com os custos de expansão da rede seria elevar receitas com a venda de água para quem pode arcar com os custos. "Nosso argumento é que você pode prover acesso à água para os pobres ao mesmo tempo em que pode aumentar os preços para recuperar esse custo com o valor pago pelas classes média e alta", disse.

A defesa de uma revisão dos preços está também em nota técnica da instituição, divulgada durante o Fórum Mundial da Água. Segundo o Banco Mundial, as tarifas precisam ser revistas, com ampliação das tarifas sociais e "preços realistas para os usuários não pobres". Com base em dados já divulgados pelo governo, o documento indica que os pobres no Brasil gastam 1,6% da renda em serviços de água e esgoto, enquanto os mais ricos desembolsam apenas 0,4%.

Por sua vez, a OCDE afirma em relatório resumido que a água é em geral "subvalorizada" e não apropriadamente calculada em investimentos, o que afeta avaliações sobre a viabilidade de projetos. O baixo preço da água é constatado em paralelo à análise de que a infraestrutura necessária para sua captação e tratamento é intensiva em capital.

O presidente da Sabesp, Jerson Kelman, concorda com a proposta, mas admite haver obstáculos para sua execução. "Essa é uma ideia que sempre defendi, mas ela tem dificuldades de natureza política", diz. "A falta de compreensão de que a água só chega às torneiras após muito investimento leva muitos a imaginar que cabe ao governo e aos contribuintes prestar esse serviço barato, ou até de graça, o que paralisa a solução do problema e impede que aqueles que podem paguem mais e haja subsídios para camadas mais humildes."

A revisão no preço do consumo da água foi uma das propostas mais mencionadas ontem nos debates realizados no fórum sobre como elevar investimentos no setor. Enquanto a sugestão é discutida, outras recomendações foram apresentadas, como as dez propostas do Conselho Mundial da Água voltadas ao estímulo ao financiamento.

Entre as recomendações, está a criação de um padrão para classificar os diferentes tipos de aplicação em água e esgoto (considerando itens como escala e função do projeto) e de seus investidores (por variáveis como apetite e fonte de recursos).

A necessidade de soluções para atração ou melhor realocação de recursos fica mais evidente diante dos dados do setor. A OCDE estima que é preciso investir US\$ 1,7 trilhão até 2030 para oferecer acesso universal à água potável em todo o mundo. O valor, equivalente ao PIB do Brasil, pode se tornar quatro vezes maior, se consideradas também outras medidas, como aquelas voltadas ao saneamento.

No Brasil, números compilados pelo Banco Mundial indicam que os investimentos estagnaram abaixo das necessidades. Segundo a instituição, os desembolsos do país nos últimos anos em água e esgoto (0,21% do PIB entre 2008 e 2015) é praticamente metade do que era aplicado entre 1971 e 1991 (0,4% do PIB, que seria o nível considerado adequado pelo Ministério das Cidades).

"Quando o Brasil conseguiu investir mais, nas décadas de 70 e 80, houve um claro alinhamento entre planejamento, financiamento e regulação, todos tratados dentro de uma mesma política [no Plano Nacional de Saneamento, o Planasa] Hoje, esse alinhamento não existe", diz o Banco Mundial.